



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO  
PROCURADORIA-GERAL FEDERAL  
PROCURADORIA FEDERAL JUNTO AO FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO  
DIVISÃO DE CONSULTORIA ADMINISTRATIVA

**PARECER n. 95/2021/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU**

**NUP: 23034.026938/2021-09**

**INTERESSADOS: DGREP - DIVISÃO DE GERENCIAMENTO DE REGISTRO DE PREÇOS**

**ASSUNTOS: PEDIDO DE COMPRA/CONTRATAÇÃO**

EMENTA. CONSULTA. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 06/2021. RELAÇÃO ENTRE MATRIZ E FILIAL.

I - Pedido de urgência no exame do processo. Portaria n. 1 2019-PF-FNDE. Requisitos. Devida motivação do ato. Lei n. 9.784/99. Portaria PGF n. 261/2017.

II - Não há óbices quanto à possibilidade de que a empresa filial celebre contratos e/ou emita notas fiscais em virtude do certame licitacional levado a efeito pelo FNDE.

III - Orientação jurisprudencial: O Superior Tribunal de Justiça admite a execução do contrato administrativo por filial de pessoa jurídica que participou de licitação pública com os dados do estabelecimento matriz, mas impõe a comprovação da regularidade fiscal da matriz e da filial (Resp 900.604 RN, Resp 809.262 RJ e RMS 32.628/SP). O Tribunal de Contas da União aceita a execução do objeto do contrato por filial não indicada no instrumento contratual, mas exige sempre a conformidade entre o CNPJ constante do documento fiscal e o do contrato (Acórdãos 3056/2008 – Plenário e 2451/2013 – Plenário).

IV - Precedentes. Pareceres ns. 147 2017/DECOR/CGU/AGU e 73/2019/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU. Síntese aprovação Parecer DECOR/CGU/AGU: "a) seja certificada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa matriz e da filial da pessoa jurídica; b) haja motivada avaliação técnica a respeito da repercussão tributária da medida no âmbito do contrato administrativo, de maneira que: b.1) não seja admitido que a Administração Pública suporte prejuízo nem qualquer ônus financeiro adicional; b.2) seja assegurada a redução equitativa do valor do contrato administrativo caso certificado que a alteração importa diminuição dos custos dispostos na proposta da empresa contratada; e c) a alteração no contrato se formalize mediante termo aditivo, cujo extrato deve ser publicado no Diário Oficial da União."

Senhor coordenador-geral substituto da CGJUR,

**I. RELATÓRIO**

1. Trata-se de consulta encaminhada pela Diretoria de Administração, referente a pedido de inclusão do CNPJ (06.020.318/0005-44) da filial da Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos LTDA, adjudicatária do item 5 do Pregão 06/2021, na Ata de Registro de Preços nº 13/2021.

2. O processo encontra-se instruído com os seguintes principais documentos:

- E-mail Solicitação inclusão CNPJ em ARP (SEI: 2547770);
- Edital PE 06/2021 - Ônibus Escolar (SEI: 2541242);
- Termo de Homologação (SEI: 2541245);
- E-mail Convocação para assinatura de ARP (SEI: 2545924);

- E-mail Solicitação inclusão CNPJ em ARP (SEI: 2547770);
- Documento habilitação ao certame (SEI: 2547823);
- Check List Habilitação ao certame - Man Latin (SEI: 2547785);
- Despacho Dirad (SEI: 2548294); e
- Despacho (AGU) 193 (SEI: 2549649).

3. Registre-se que o processo foi encaminhado de forma eletrônica, nos termos do Decreto n. 8.539/2015.
4. É o breve relatório.

## **II. FUNDAMENTAÇÃO**

### **II.1. Considerações gerais**

5. Esclareça-se, inicialmente, que a presente análise restringe-se aos aspectos jurídicos da consulta, não sendo de competência desta Procuradoria Federal o exame dos aspectos técnicos e administrativos. A esse respeito, vale ressaltar a orientação contida em enunciado do Manual de Boas Práticas Consultivas da Advocacia-Geral da União:

#### **BPC nº 7**

##### **Enunciado**

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

Em sua fonte expressa:

É oportuno que os Órgãos Consultivos prestigiem os conhecimentos técnicos alheios ao Direito, adotando cautela, por exemplo, ao dissentir da classificação feita por agente público competente acerca do objeto licitatório. A prevalência do aspecto técnico ou a presença de juízo discricionário determinam a competência e a responsabilidade da autoridade administrativa pela prática do ato. A responsabilidade na tomada de decisão é sempre da autoridade administrativa. E, pelo conteúdo de seu Parecer o subscritor responde exclusivamente perante as instâncias da Advocacia-Geral da União.

6. Ademais, a atividade de consultoria e assessoramento limita-se ao controle de legalidade do ato administrativo, nos termos do art. 10, § 1º, da Lei nº 10.480/02 c/c art. 11, inc. V, da Lei Complementar nº 73/93, nos termos seguintes:

#### **Lei nº 10.480/02**

##### **Art. 10.**

[...].

§1º. No desempenho das atividades de consultoria e assessoramento, à Procuradoria Geral Federal aplica-se, no que couber, o disposto no art. 11 da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993.

#### **LC nº 73/93**

Art. 11. Às Consultorias Jurídicas, órgãos administrativamente subordinados aos Ministros de Estado, ao Secretário Geral e aos demais titulares de Secretarias da Presidência da República e ao Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, compete, especialmente:

[...]

V - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados ou já efetivados, e daqueles oriundos de órgão ou entidade sob sua coordenação jurídica;

7. Por controle de legalidade, deve se entender a regularidade jurídico-formal do procedimento (formalização e instrução do processo e observância do devido processo legal) e a possibilidade jurídica quanto aos efeitos do ato proposto pela Administração Pública.

### **II.2 Do pedido de prioridade/urgência e dos limites da análise jurídica**

8. Antes do exame do mérito da matéria, compete aduzir quanto ao pleito da administração quanto à urgência para o caso vertente. O pedido foi firmado pela Senhora Diretora de Administração e consignou os termos abaixo:

Dessa forma, considerando que a habilitação ao certame (item 5) se deu a partir da documentação referente ao CNPJ 06.020.318/0001-10, da **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, encaminhe-se o processo para, se for possível, em caráter de urgência, esclareça gentilmente os seguintes questionamentos:

9. A norma em vigor na PF-FNDE (Portaria 1/2019), além de reproduzir diversos trechos da Portaria da PGF n. 261/2017, elenca algumas situações específicas no âmbito do FNDE. Nesse sentido, a par dos instrumentos legais em referência, é válido aduzir no que tange a justificativa e a motivação dos atos administrativos as diretrizes traçadas pela orientação da PGF/AGU, no seguinte sentido:

Enunciado 14

A celeridade distribuição e execução do trabalho consultivo deve ser assegurada por mecanismos ou rotinas que previnam acúmulos e viabilizem o cumprimento dos prazos previstos, cujo termo inicial será a data do recebimento da consulta no protocolo do Órgão Consultivo, sempre que possível devendo-se informar aos assessorados as razões de impossibilidade eventual de seu cumprimento.

Situações excepcionais e devidamente justificadas admitem recepção de consultas urgentes, convindo que os assessorados sejam instados a promover adequado planejamento da tramitação de seus processos, para que reste atendido o prazo do art. 42 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, ou os prazos que estejam estatuídos em legislações específicas.

10. Com efeito, entendo que não só situações de processos com designação de prioritários, mas principalmente aqueles consignados como urgentes e relevantes sejam devidamente motivados e justificados quanto ao caráter postulado, para que se possa imprimir a celeridade no exame jurídico da matéria. Aliás, a norma expedida pelo Senhor Procurador-Chefe, a meu sentir, em que possa parecer que a motivação tem lugar apenas em situações de pleitos de prioridade, por ter sido assim expresso no texto, acredito que com mais pertinência as situações emergenciais e relevantes, eis que desnecessitam de expressa previsão quanto à motivação essencial, a par de uma interpretação conforme o texto da Lei n. 9.784/99, Decreto n. 9.830/2019 e o próprio enunciado da PGF-AGU ora transcrito. Assim sendo, a motivação se impõe sempre.

11. Neste sentido, a ação do administrador, sempre devidamente motivada e pautada no caráter excepcional ou relevante da matéria, afora o pleito de prioridade, por certo redundará em preservação dos princípios constitucionais do artigo 37 da CF, notadamente, eficiência, legalidade, moralidade e impessoalidade, afora o princípio da probidade administrativa, cravado no artigo 3º na lei de licitações. Portanto, seja com pedido prioritário ou urgente, mister se faz a devida motivação do ato, com o fito de preencher os requisitos da Portaria n. 1/2019-PF-FNDE.

### 11.3 Do espectro da consulta formulada

12. A consulta foi realizada por intermédio do Despacho DIRAD nº 2548294/2021, nos seguintes termos:

**À DIJUR,**

Trata-se de solicitação constante no SEI nº 2547770, no qual empresa **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, adjudicatária do item 5 do Pregão 06/2021, solicita que seja incluído também o CNPJ (06.020.318/0005-44) de sua unidade fabril na Ata de Registro de Preços nº 13/21.

O Pregão Eletrônico nº 06/2021 (2541242) tem por objeto o registro de preços com vistas à futura e eventual aquisição de veículos de transporte escolar diário de estudantes, denominado de **Ônibus Rural Escolar (ORE)** e **Ônibus Urbano Escolar Acessível (ONUREA)**, em atendimento às entidades educacionais das redes públicas de ensino nos Estados, Distrito Federal e Municípios, anexo I do Edital.

Em 02/09/21 o Pregão foi homologado (2541245) e o item 5 foi adjudicado ao Fornecedor **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, CNPJ nº 06.020.318 0001-10, que foi convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços nº 13/2021 e do Termo de Ciência e Responsabilidade 8 2021, conforme SEI nº 2545924.

Em resposta, a empresa solicita que seja incluído também o CNPJ (06.020.318 0005-44) de sua unidade fabril na Ata de Registro de Preços nº 13/21 (SEI nº 2547770).

Verifica-se, entretanto, que a documentação de habilitação ao certame (SEI nº 2547823), checada conforme SEI nº 2547785, apresenta informações apenas do CNPJ 06.020.318/0001-10, da **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA.**, que é a adjudicatária deste certame. Com efeito, a Lei 10.520/2002 dispõe o seguinte sobre a habilitação do licitante em pregões:

XIII - a **habilitação** far-se-á com a verificação de que o licitante está em **situação regular** perante a Fazenda Nacional, a Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, e as Fazendas Estaduais e Municipais, quando for o caso, com a comprovação de que atende às exigências do edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira; (grifamos)

O Edital do certame dispõe o seguinte sobre matriz e filial:

#### **9. DA HABILITAÇÃO**

(...)

9.6. **Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.**

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

(...)

9.20. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, **o licitante** será declarado vencedor. (grifamos)

Nota-se que os termos do edital tratam da figura do “licitante”, que pode ser a matriz ou filial, contudo não trata da possibilidade de que o CNPJ da filial componha a ata de registro de preços decorrente de certame vencido pela matriz.

Dessa forma, considerando que a habilitação ao certame (item 5) se deu a partir da documentação referente ao CNPJ 06.020.318/0001-10, da **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA**, encaminhe-se o processo para, se for possível, em caráter de urgência, esclareça gentilmente os seguintes questionamentos:

- a) Considerando que a adjudicação do item 5 (SEI nº 2541245) se deu em favor da empresa **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA/CNPJ 06.020.318/0001-10**, há amparo na legislação para que possa constar também o CNPJ da unidade fabril (06.020.318/0005-44) na Ata de Registro de Preços?
- b) Caso a Ata de Registro de Preços seja assinada tão somente pela Matriz (CNPJ constante no termo de adjudicação), sua filial pode celebrar contratos e/ou emitir notas fiscais em decorrência deste Registro de preços?
- c) O fato de o licitante ter feito constar na sua proposta de preços a informação de que sua unidade fabril (CNPJ 06.020.318/0005-44) seria responsável por emitir as notas fiscais, possui valor legal frente a este registro de preços?

### **II.3 Do mérito do tema - Matriz - Filial - Emissão de notas fiscais**

13. A questão central tem lugar se existe amparo na legislação para que se possa constar também o CNPJ da unidade filial (06.020.318/0005-44) na Ata de Registro de Preços - ARP. Por seu turno, verifica-se que a referida ARP recebeu a assinatura da Representante Legal da Empresa Man Latin America Indústria e Comércio de Veículos LTDA, sob CNPJ n.º: 06.020.318/0001-10, em 14/09/2021, e da senhora Diretora de Administração, em 15/09/2021, nos termos da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 06/2021, homologado em 02 de setembro de 2021, constante dos autos do processo administrativo n.º 23034.001405/2021-14.

14. Por destacar-se que a Lei n. 8.666/93, em seu art. 65, estabelece que as alterações que se fizerem necessárias nos termos iniciais ajustados devem ser expressas, observar os princípios que regem as contratações públicas

e seguir as exigências impostas por lei, que são, dentre outras: necessária e prévia justificativa, exposição das razões de fato e de direito que demonstrem a imprescindibilidade e a vantagem das alterações para o implemento dos resultados de interesse público planejados.

15. Nesta trilha, o cerne da questão consiste em dispor em caso da Ata de Registro de Preços que tenha sido assinada tão somente pela Matriz (CNPJ constante no termo de adjudicação), e, se neste caso a sua filial poderia celebrar contratos e/ou emitir notas fiscais em decorrência deste Registro de Preços. Com efeito, a matéria não é novidade no âmbito do FNDE nem tampouco no seio da DECOR/CGU/AGU. Sugestiva de transcrição a ementa do Parecer n. 147/2017 da DECOR/CGU/AGU, [link](#) vazado nos termos abaixo:

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. PARTICIPAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA EM LICITAÇÃO PÚBLICA POR INTERMÉDIO DE SEU ESTABELECIMENTO MATRIZ. CELEBRAÇÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO PELA PESSOA JURÍDICA COM A INDICAÇÃO DA INSCRIÇÃO DA MATRIZ NO CNPJ. PEDIDO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO POR FILIAL DA PESSOA JURÍDICA CONTRATANTE. POSSIBILIDADE. MATRIZ E FILIAL SÃO ESTABELECIMENTOS DA MESMA PESSOA JURÍDICA. EXISTÊNCIA DE INSCRIÇÕES DISTINTAS NO CNPJ SERVE PARA FINS TRIBUTÁRIOS. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL DA MATRIZ E DA FILIAL. DEVER DE ANALISAR OS POSSÍVEIS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS. IMPOSSIBILIDADE DE A SUBSTITUIÇÃO GERAR PREJUÍZO PARA A ADMINISTRAÇÃO CONTRATANTE. CORREÇÃO DA TESE SUSTENTADA NO PARECER N.º 266/2016 DAJ1 SGCS/AGU.

I – O Superior Tribunal de Justiça admite a execução do contrato administrativo por filial de pessoa jurídica que participou de licitação pública com os dados do estabelecimento matriz, mas impõe a comprovação da regularidade fiscal da matriz e da filial (Resp 900.604 RN, Resp 809.262/RJ e RMS 32.628/SP).

II – O Tribunal de Contas da União aceita a execução do objeto do contrato por filial não indicada no instrumento contratual, mas exige sempre a conformidade entre o CNPJ constante do documento fiscal e o do contrato (Acórdãos 3056/2008 – Plenário e 2451/2013 – Plenário).

III – A viabilidade jurídica da execução do contrato por filial de pessoa jurídica que se habilitou em licitação pública com os dados de sua matriz decorre da constatação de que os estabelecimentos matriz e filial integram a mesma pessoa jurídica, são partes dela e, obviamente, não possuem personalidade jurídica.

IV – A distinção dos números de inscrição da matriz e de suas filiais no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ se dá por razões tributárias, conforme se observa no Recurso Especial n.º 1355812/RS.

V – Devem ser analisados os possíveis impactos tributários gerados pela substituição e só se pode aceitar a alteração do estabelecimento executor do contrato quando inexistir prejuízo para a Administração contratante. VI – Nos casos de substituição, a Administração deve exigir sempre a demonstração da regularidade fiscal da matriz e da filial.

VII – Em homenagem ao princípio da publicidade, é recomendável que a substituição da matriz por filial se dê por termo aditivo.

VIII – As autoridades superiores desta Advocacia-Geral da União, se convencidas da correção da presente tese, deverão buscar o esclarecimento do atual entendimento do Tribunal de Contas da União, que admite a substituição do estabelecimento empresarial executor do contrato e veda a alteração do CNPJ.

(Código Ementário 9)

16. No citado parecer, cumpre destacar, com inteira aplicabilidade ao caso presente, as questões pertinentes à possibilidade de filial de empresa vencedora de licitação poder celebrar contratos e/ou emitir notas fiscais em decorrência do referido certame. Neste caso, em especial no ponto em que tratou da viabilidade jurídica da execução do contrato por filial de pessoa jurídica que se habilitou em licitação pública com os dados de sua matriz.

17. Desse modo, por destacar o conceito de estabelecimento partindo da compreensão de estudiosos dos Direitos Civil e Empresarial. O estabelecimento é uma universalidade de fato que não é sujeito de direitos e não tem personalidade jurídica. Conclui-se que o estabelecimento matriz e o estabelecimento filial compõem uma pluralidade de bens singulares que integram a mesma pessoa jurídica.

18. Com igual propósito, em sede de execução fiscal o STJ, sob análise processual Civil e Tributária acerca da natureza jurídica dos estabelecimentos da pessoa jurídica e do relacionamento entre eles, afirma que "a filial é uma espécie de estabelecimento empresarial, fazendo parte do acervo patrimonial de uma única pessoa jurídica, partilhando dos mesmos sócios, contrato social e firma ou denominação da matriz".

19. Em complemento, extrai-se ainda do supracitado julgado que a filial não é por si só sujeito de direitos, tampouco uma pessoa distinta da sociedade empresária, mas um instrumento de que se utiliza o empresário ou sócio para exercer suas atividades. "*O fato de o número de inscrição no CNPJ de determinado estabelecimento da pessoa jurídica constar da proposta vencedora e do contrato administrativo não faz de tal estabelecimento o licitante vencedor ou o contratado*", "*cabendo ressaltar que a inscrição da filial no CNPJ é derivada do CNPJ da matriz*".

20. Por fim, no despacho de aprovação do parecer em comento, restou sintetizado o entendimento no âmbito da PGF/AGU, para que as ações sejam adotadas quanto à possibilidade de prestação dos serviços pela empresa filial em substituição à empresa matriz, com observância dos seguintes regramentos:

"Deve, por conseguinte, ser consolidado o entendimento no sentido de que há respaldo jurídico para execução de contrato administrativo por filial de pessoa jurídica cuja matriz participou da licitação pública correspondente, desde que previamente observadas as seguintes premissas:

- a) seja certificada a regularidade fiscal e trabalhista da empresa matriz e da filial da pessoa jurídica;
- b) haja motivada avaliação técnica a respeito da repercussão tributária da medida no âmbito do contrato administrativo, de maneira que:
  - b.1) não seja admitido que a Administração Pública suporte prejuízo nem qualquer ônus financeiro adicional;
  - b.2) seja assegurada a redução equitativa do valor do contrato administrativo caso certificado que a alteração importa diminuição dos custos dispostos na proposta da empresa contratada; e
- c) a alteração no contrato se formalize mediante termo aditivo, cujo extrato deve ser publicado no Diário Oficial da União."

21. Ainda sobre a matéria, o Parecer da DECOR/CGU/AGU, destaca, citando Marçal Justen Filho, que o licitante vencedor "*deverá necessariamente executar a prestação contratual por meio da unidade empresarial cuja regularidade fiscal foi comprovada na licitação*". Ademais, em complemento, salienta que a possibilidade de substituição exige comunicação prévia à Administração, comprovação da regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial, bem como que sejam avaliados os impactos tributários relativos à referida substituição.

22. Também no âmbito do FNDE, a matéria foi examinada, tendo por escopo o PNAE. Nesta esteira, o Parecer n. 00073/2019/DICAD/PFFNDE/PGF/AGU<sup>[2]</sup>, da lavra de Vossa Senhoria, explorou a matéria de forma abrangente, cuja ementa é ora transcrita:

CONSULTA. PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR. LEI 11.947/2009. AQUISIÇÃO DE PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR. COOPERATIVAS. RELAÇÃO ENTRE MATRIZ E FILIAL. DECLARAÇÃO DE APTIDÃO AO PRONAF (DAP). EMISSÃO DE DOCUMENTO FISCAL. PRESTAÇÃO DE CONTAS.

23. O parecer tem lugar ao caso vertente também, principalmente ao dispor sobre a distinção entre matriz e filial no âmbito do Direito Empresarial. Para tanto, à baila de precedentes das Cortes Superiores, que se amoldam ao caso vertente, nos termos abaixo:

**REsp 1355812/RS**

[...]

1. No âmbito do direito privado, cujos princípios gerais, à luz do art. 109 do CTN, são informadores para a definição dos institutos de direito tributário, a filial é uma espécie de estabelecimento empresarial, fazendo parte do acervo patrimonial de uma única pessoa jurídica, partilhando dos mesmos sócios, contrato social e firma ou denominação da matriz. Nessa condição, consiste, conforme doutrina majoritária, em uma universalidade de fato, não ostentando personalidade jurídica própria, não sendo sujeito de direitos, tampouco uma pessoa distinta da sociedade empresária. Cuida-se de um instrumento de que se utiliza o empresário ou sócio para exercer suas atividades.

[...]



4. A obrigação de que cada estabelecimento se inscreva com número próprio no CNPJ tem especial relevância para a atividade fiscalizatória da administração tributária, não afastando a unidade patrimonial da empresa, **cabendo ressaltar que a inscrição da filial no CNPJ é derivada do CNPJ da matriz.**

**AI 0004544-26.2011.4.03.0000**

PROCESSO CIVIL. EMPRESA MATRIZ E FILIAIS. PEDIDO INICIAL E PROVAS DOCUMENTAIS ABRANGENTES. PATRIMÔNIO ÚNICO. INCLUSÃO DE TODOS OS CNPJ NA INICIAL. DESNECESSIDADE. AUTONOMIA DOS ESTABELECIMENTOS NÃO CONFIGURADA. A DECISÃO JUDICIAL ALCANÇA TODOS OS ESTABELECIMENTOS DA EMPRESA. - **Filial e matriz com CNPJ diversos não formam várias pessoas jurídicas, mas uma só, composta por unidades integrantes da mesma empresa.**

24. Por fim, adentrando nas questões postas pela DIRAD, de forma destacada, pode-se resumir e sintetizar no seguinte:

- a) Considerando que a adjudicação do item 5 (SEI nº [2541245](#)) se deu em favor da empresa **MAN LATIN AMERICA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE VEÍCULOS LTDA/CNPJ 06.020.318/0001-10**, há amparo na legislação para que possa constar também o CNPJ da unidade fabril (06.020.318/0005-44) na Ata de Registro de Preços?
- b) Caso a Ata de Registro de Preços seja assinada tão somente pela Matriz (CNPJ constante no termo de adjudicação), sua filial pode celebrar contratos e/ou emitir notas fiscais em decorrência deste Registro de preços?
- c) O fato de o licitante ter feito constar na sua proposta de preços a informação de que sua unidade fabril (CNPJ 06.020.318/0005-44) seria responsável por emitir as notas fiscais, possui valor legal frente a este registro de preços?

25. A questão constante na alínea a tem sim amparo legal, conforme precedentes do TCU, STJ e pareceres no âmbito da PGF/AGU, notadamente os que acima foram transcritos, sendo um inclusive dessa PF-FNDE no âmbito do PNAF. A questão posta na alínea b decorre do entendimento firmado para a questão da alínea a, sendo corolário de que há possibilidade sim de celebrar contratos e emitir notas fiscais, observando-se os parâmetros traçados nos pareceres transcritos, notadamente ao que se expôs no item 20 supra, em que se transcreveu despacho de aprovação do Parecer n. 147/2017 da DECOR/CGU/AGU. A questão da alínea c deve ser interpretada também em consonância com as respostas das alíneas anteriores. O valor legal das notas podem sim ser validados, desde que se observe o regramento para a pretendida substituição da prestação do serviço pela filial em lugar da matriz. Novamente, por observar-se o resumo sintético e bem apropriado, constante do item 20 supra.

### **III - CONCLUSÃO**

26. Posto isso, ressalvado o juízo de oportunidade e conveniência do ajuste, não há óbices quanto à possibilidade de que a empresa filial celebre contratos e/ou emita notas fiscais em virtude do certame licitacional levado a efeito pelo FNDE. Obviamente que a possibilidade fica condicionada à regularidade fiscal, tanto da matriz quanto da filial, com análise de eventuais e possíveis impactos tributários gerados pela substituição, admitindo-se a alteração quando inexistir prejuízo à Administração. Ainda há de firmar-se termo aditivo para a pretendida substituição, sem inserção de novas obrigações contratuais.

À consideração superior.

Brasília, 23 de setembro de 2021.

ANDRÉ FARAGE DE CARVALHO  
PROCURADOR FEDERAL

---

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 23034026938202109 e da chave de acesso 4c9135c6

## Notas

1. <sup>^</sup>[SAPIENS/NUP: 00693.000417/2015-14; Seq. 61.](#)
2. <sup>^</sup>[SAPIENS/NUP: 23034.019505/2019-74, Seq. 1.](#)

---

Documento assinado eletronicamente por ANDRE FARAGE DE CARVALHO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 723768887 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ANDRE FARAGE DE CARVALHO. Data e Hora: 22-09-2021 12:24. Número de Série: 1927431438013179010771824197. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5.

---